

ESPAÇO PÚBLICO E URBANISMO PÓS-MODERNO

Lenine Bueno Monteiro*

RESUMO

Os urbanistas pós-modernos argumentam que o espaço público está desaparecendo. Para eles os espaços definem o lugar da cidadania e do encontro social, o que vem sendo substituído gradativamente por espaços pseudo-públicos tão bem representados pelos shoppings centers e suas praças de alimentação. Buscando no passado uma Idade de Ouro dos espaços públicos, a démarche apresentada abdica da contextualização histórica destes espaços e dos mecanismos de manejo e organização das sociedades contemporânea.

Palavras-chave: urbanismo; pós-modernidade; shopping center

ABSTRACT

Post-modern urbanists have argued that public space is disappearing. For them, public spaces, defined as places of citizen construction and social encounter, have been replaced by pseudo public spaces like the mall or gated community. This nostalgic view of a modern mythical past does not consider a historically precedent and more representative characteristic of public space.

Key-words: urbanism; post-modernity; shopping center

*Urbanista formado pela Universidade Livre de Bruxelas, MSC em Promoção do Desenvolvimento Local pela Universidade de Antuérpia. Atualmente é aluno do doutorado em Planejamento Urbano da UnB.

O espaço público morreu

É comum na literatura de estudos urbanos, ao observar a realidade da segregação, os guetos e os enclaves urbanos, referir-se de forma nostálgica à decadência e até mesmo ao desaparecimento do espaço público. Autores como Caldeira (2000),¹ Davis (1990)² ou Sennett (1977 e 1990)³ contrapõem à cidade atual um passado mítico localizado em algum momento da era moderna, onde as características inerentes ao espaço público - multiplicidade de usos, manifestações artísticas, debates, encontro social - não somente se desenvolviam, mas estavam em expansão permanente. Este discurso é próprio dos urbanistas pós-modernos que idealizam conservadoramente o espaço público da modernidade e colocam em questão os recintos pós-modernos qualificando-os de pseudos espaços públicos ou espaços pós-públicos. Com este discurso Davis (1990)⁴ argumenta que “A consequência universal e inelutável desta cruzada para construir a cidade segura é a destruição do espaço público acessível (...) Para reduzir o contato com os indesejáveis, as políticas de reconstrução urbana converteram as por vezes vitais ruas de pedestres em desaguadouro de circulação e transformaram parques em albergue temporário dos sem-tetos”.

Richard Sennett (1977)⁵ comenta o processo evolutivo das cidades referindo-se à sua atomização, explícita em enclaves fragmentários como os shoppings, as comunidades auto-aprisionadas (condomínios, clubes) :“acabaram na prática com um componente essencial do espaço público: a superposição de funções em um mesmo território que é responsável pela complexidade das experiências vividas nestes espaços”. Esta superposição de funções em um mesmo território, presente, por exemplo, nos múltiplos usos de uma rua, como constatou Jacobs (1992),⁶ “somente pode acontecer a partir da interação de pessoas com diferentes propósitos, buscando moldar o espaço às suas necessidades de uso”. Estas interações são aquelas que os novos enclaves pseudo-públicos buscam conter e controlar.

Neste sentido, os novos enclaves fortificados estão mudando a paisagem da cidade e o caráter dos espaços públicos e a forma com que se dá a interação entre distintos segmentos sociais (Caldeira, 2000).⁷ Com isto as restrições, as suspeições e o medo estariam marcando cada vez mais as interações sociais. Sennett (1990)⁸ argumenta que na nova paisagem urbana existe um medo constante à exposição, pois “as diferenças existentes são tão explosivas potencialmente quantas aquelas existentes entre um traficante de drogas e um cidadão comum. Existe um tipo de destruição: se algo me toca, me perturba, devo seguir em frente e deixar de sentir. (...) Meus sentidos estão carregados de imagens, mas a valoração diferente entre uma imagem e outra é tão mutante como meus próprios movimento.”

Esta frase nos leva a discutir uma segunda característica do espaço público que segundo estes autores já desapareceu: a autenticidade. Do ponto de vista de Baudrillard (1983)⁹ a realidade perdeu sua primazia. Hoje as simulações de imagens do passado e do presente substituem a centralidade do real. Diferentes autores Sorkin (1992);¹⁰ Boyer, (1994 e 1996)¹¹ e Gottdiener (1997)¹² aduziram este discurso no âmbito do urbano, argumentando com uma suposta “eterização do sentido geográfico” (Soja, 2000).¹³

Se o espaço público moderno significava exposição, debate crítico, interação entre diferentes segmentos sociais e autenticidade, sua existência foi questionada pela recém hegemônica sociedade informacional e pela ideologia privatista que a acompanha: o habitar tradicional foi substituído por condomínios e outras formas de comunidades fechadas (Mackenzie, 1994 e Judd, 1995)¹⁴ e mais: as formas tradicionais de compra e venda estão sendo substituídas pelos shoppings a partir de um paradigma de consumo presente no imaginário coletivo dos estratos sociais superiores suporte de uma ideologia onde os cortes de classe naturalizam a exclusão dos estratos sociais de baixa renda a certos serviços e bens de consumo.

No caso dos espaços comerciais, enquanto o circuito de trocas modernista buscava satisfazer o acesso à mercadorias e o intercâmbio de idéias e experiências sociais, o shopping, fiel à sua natureza privada, se orienta rumo a aquisição de utilidades através de mecanismos efetivos de controle social que tendem a aumentar a busca do consumo (Judd, 1966)¹⁵ de alguns e a exclusão conformista das maiorias excluídas.

Os shoppings e outros espaços pseudo-públicos aparecem não como uma inocente mutação da paisagem urbana, mas como importante fator de transformação de nossas interações sociais e a tradição liberal moderna sobre como interpretar essa interação. Se a democracia liberal demanda o reconhecimento do outro como sujeito, então a exclusão e a sobre-regulação se convertem, além disso, em uma ameaça política.

Assim, Boggs (2000)¹⁶ analisa a privatização do espaço público e a decadência da esfera de liberdade existente entre o Estado e o setor privado, afirmando que a decorrência disto é a privatização da esfera política, o que introduz novas regras do jogo para os atores públicos, regras que não são plenamente adequadas às instituições democráticas. Mackenzie (1994)¹⁷ adapta este argumento teórico à situação dos condomínios fechados e assinala que nestes recintos as normas de convivência democrática, como a liberdade de expressão e de associação e o direito de ir e vir são limitadas por acordos particulares entre incorporadores e proprietários, sendo que em muitos casos, estes não estão em condições de discutir.

Espaço público até onde?

No seu “City Builders”, Susan Fainstein (1994)¹⁸ faz uma importante crítica à noção moderna de espaço público como espaço de construção da cidadania; Este, estaria sendo deslocado por novos espaços privatizados (pseudo-públicos) nos quais diversidade e liberdade estão desaparecendo.

Na análise de Fainstein, os urbanistas pós-modernos apóiam sua argumentação a respeito do declínio do espaço público em dois pressupostos que não se justificam convenientemente: (1) a cidade já aceitara anteriormente a diversidade e as trocas sociais em patamares superiores aos hoje existentes, e (2) que a “cidade desejável” seria mais autêntica do que aquela que está sendo criada hoje. Na sua análise de Londres e Nova Iorque ela se apóia nesses dois pressupostos.

Com relação ao primeiro pressuposto, Fainstein sustenta que a concepção de um passado mítico é desmentida por várias evidências históricas: (a) Em Londres e Nova Iorque, aquelas pessoas consideradas inaceitáveis pelo conjunto da sociedade sempre foram mantidas fora dos setores da cidade onde se concentravam os poderosos, e (b) em Nova Iorque a exclusão da gente de cor dos espaços comerciais e do mercado habitacional era fato corriqueiro e até meados do século passado isto nem mesmo era considerado ilegal. Com efeito, ao renunciarmos a adoção de uma perspectiva negativa da situação presente dos espaços públicos, baseada no prejuízo político ou em uma construção ideológica, o passado aparece com toda sua contradição e não como uma utopia desejada.

A utopia burguesa, (Fishman, 1987)¹⁹ construída majoritariamente nos subúrbios, era extremamente excludente em relação aos setores sociais mais pobres. Mesmo se podendo argumentar que até meados do século XX se observa um maior grau de resistência política, expresso na ocupação temporária de lugares - passeatas, manifestações diversas, ampliando a apropriação de espaços por parte de grupos sociais que até então não tinham a possibilidade de sua apropriação democrática, aberta e livre. Isso fica ainda mais claro ampliando o conceito de resistência e nele incluído um espectro mais amplo de práticas, de corte racial, ambientais, de gênero, posto que a cidade e seu espaço público hoje se configuram com maior abertura e diversidade. Hoje a cidade é mais tolerante com as minorias de qualquer tipo do que o era cinquenta anos atrás; dizer o contrário é construir a imagem de um passado mítico e idealizado, uma inconsistência histórica.

No que diz respeito à segunda premissa levantada, Fainstein sustenta que ela está eivada de um ideal marcado ideologicamente pelo que seja “autêntico”. Talvez aqui se materialize uma reminiscência do marxismo positivista que identifica o real ou autêntico com a síntese produtivista: a fábrica e a habitação dos proletários. Assim, do ponto de vista de Fainstein, a avaliação do autêntico dependeria do olhar do observador e a convicção de que um bairro proletário é mais autêntico que um McDonald é uma reflexão normativa sem conexão alguma com a realidade social.

Verso e reverso do espaço público burguês

As duas posições demarcadas anteriormente representam uma visão muito ampla sobre o que é realmente o espaço público. Esta discussão tem um componente discursivo e filosófico presente no trabalho de diferentes arquitetos e urbanistas. Estes - e os governos a que servem - tiveram diversas motivações para moldar espaços públicos que nem sempre se relacionaram com o fomento da sociabilidade e do encontro social e quase sempre representaram a expressão do Poder na sociedade. Esta dicotomia pode ser descrita através dos escritos e relatos de Michel Foucault²⁰ e Jürgen Habermas.²¹

Curiosamente, a posição hegemônica nos estudos urbanos, expressada através dos escritos de Soja (1996), Davis (1990) ou Caldeira (2000), que concebe o espaço público como um lugar de debates e de encontro social, pode facilmente ser relacionado ao pensamento de Habermas, um defensor incontestado do legado modernista; o contraponto desta posição é a crítica perpetrada por Fainstein caudatária do pensamento de Foucault.

É importante ressaltar que Habermas não discute o conceito de espaço público ou as formas de seu desenvolvimento. Sua análise é centrada na aparição da esfera pública e é útil na medida em que ele desenvolve sua reflexão entendendo o espaço público como lugar de formação de cidadania. Para ele, a esfera pública aparece defini-

tivamente por volta do século dezessete e pode ser entendida como a junção da esfera do privado do público. A consolidação do setor privado exigiu uma regulação da esfera pública “por cima”, mesmo com as autoridades públicas buscando incorporá-los a um debate sobre as regras gerais que governam o campo das trocas econômicas e do trabalho societal - que é basicamente privado mas que é relevante para a esfera pública. Este confronto particular deveria acontecer através do uso que as pessoas fariam da própria racionalidade, o que é uma reflexão original.

Essa visão coloca em evidência um espaço (simbólico) de liberdade existente nas relações estado/iniciativa privada e que se encontra na origem de um debate crítico-racional sobre a legitimidade do exercício do poder. Esse debate público para não ser simples simulação requer racionalidade, encontro e diálogo entre os diferentes grupos sociais.

Tal liberdade necessária se relaciona com as mudanças que as sociedades ocidentais vivenciaram a partir da emergência e predominância das formas de produção capitalistas e o reordenamento da organização social que as acompanharam.

Na sociedade renascentista a idéia de uma esfera pública estava incompleta na medida em que a burguesia ainda não estava legitimamente incorporada às formas predominantes de exercício do poder e moldava suas demandas às condições políticas já existentes. A aparição de uma esfera pública requer o questionamento das formas de governo. Posto este desafio, novas instituições serão construídas (e também espaços e formas de interlocução social) que se convertem em centros de poder e cidadania: conferências, salões particulares onde se exercita o debate público, salas de espetáculo, a imprensa escrita entre outras.

Estas instituições - e o debate racional que provocaram - são condições necessárias para o convívio democrático. No entanto, postas estas condições, a construção de uma esfera pública realmente livre das arbitrariedades do poder continua sendo uma promessa vazia

da modernidade. Na *Teoria da ação comunicativa* (1984), Habermas assinala que de alguma forma a esfera pública foi “colonizada pela racionalidade instrumental característica dos circuitos do dinheiro e do poder”.²² O ideal histórico que está no cerne do conceito (de esfera pública) é uma utopia posto que nunca existiu na humanidade mesmo sendo, simultaneamente, parte fundamental do humano.

A promessa habermasiana - de encontros livres e o diálogo racional entre diferentes grupos sociais - foi introduzida no debate sobre o reatamento da esfera pública na moldagem do espaço público por diversos autores e transformada em apoio à conceituação pós-moderna. No entanto, para os autores pós-modernos, contrariamente ao que pensa Habermas, o encontro social e a superposição de usos no espaço público não é uma “promessa descumprida”, mas uma nova e básica característica da vida moderna. Caldeira (2003) assinala que a “experiência da vida moderna inclui a primazia da abertura de ruas, livre circulação, encontro impessoal e anonimato do pedestre, a fruição espontânea e a reunião nas praças, a presença de pessoas de diferentes extração social entreolhando-se, vendo vitrines, freqüentando os cafés e bares, manifestando-se coletiva ou individualmente, apropriando-se das ruas ludicamente, e utilizando espaços especializados voltados para o entretenimento de massa”.

O espaço público materializa então um locus próprio da era moderna, abrindo-se a diferentes motivações públicas, cujo uso por visões e propósitos distintos é igualmente legítimo. Mas ao mesmo tempo é um espaço experimentado como tal pela cidadania e, pelo fato de servir de palco a ações do conjunto dos cidadãos, tende a refletir o grau de abertura e de liberdade dessa sociedade.

Mas além de glorificar a abertura do espaço público moderno, os autores pós-modernos tendem em seu discurso a adotar uma postura crítica face à sociedade burguesa e ao capitalismo, motivo pelo qual descrevem o espaço público como um local de resistência ante a burguesia e à ordem econômica por ela impulsionada.

Daí o reconhecimento de que a segregação e a desigualdade sempre existiram na cidade e como afirma Caldeira “por vezes a violenta apropriação dos espaços públicos por diferentes grupos de excluídos - dos quais as barricadas urbanas em levantes citadinos é um exemplo - também constituíram a esfera pública e contribuíram para sua expansão. Um outro argumento que Caldeira utiliza é que “pelo menos implicitamente o espaço público resulta da luta da burguesia contra o poder estabelecido e se transforma, até certo ponto, em arma dos excluídos para transformar a ordem social burguesa”.²³

Essa explicação é caudatária do olhar de Marx sobre o papel histórico do proletariado na transformação da sociedade e do ideal habermasiano de resgatar a modernidade da racionalidade instrumental através da razão e da esfera pública. Neste sentido a luta pela expansão do espaço público e pela democracia urbana é ao mesmo tempo uma luta pela transformação da sociedade capitalista, pensamento compartilhado por pós-modernos e pós-estruturalistas (Castells, 1977 e Harvey, 1973). No sentido contrário, a ação social de grupos privilegiados tende a contrapor-se à expansão da esfera e do espaço públicos, como demonstram as violentas repressões à busca da expropriação desses espaços por parte de frações proletárias organizadas e das lutas pela extensão de direitos sociais e políticos na segunda metade do século XIX e XX.

A visão nostálgica de um passado luminoso é produto de uma avaliação político-ideológica da realidade onde o conflito social não contribui para o favorecimento dos excluídos, o que conduz à comparação com outros tempos nos quais as classes oprimidas se aproximavam inexoravelmente do poder social...

Seria isso mesmo?

Espaço público: expressão de relações de poder

Os pós-modernos entendem que a diferença central entre o espaço público moderno e os enclaves pseudo-públicos se situa no fato

de que o primeiro busca propiciar o encontro, o diálogo e o exercício da cidadania, o segundo busca expressar e expandir o diferencial existente nas relações de poder plasmadas entre os diferentes grupos sociais através da apropriação simbólica da mercantilização do encontro, da troca e do prazer.

Ao fazer a distinção público/pseudo-público esses autores recusam uma das principais características do espaço público que historicamente precede à racionalidade habermasiana. Referimo-nos ao conceito do espaço como lugar, local de expressão e exercício do poder, à idéia de que “uma relação de poder sustenta a existência do equipamento coletivo e seu funcionamento” (Fourquet e Murard, 1976).²⁴

No que diz respeito às primeiras cidades, Soja (2000)²⁵ coloca em evidencia o fato de que “foram desenhadas para anunciar, aculturar, disciplinar e controlar”. Da mesma forma que Foucault afirma que “que a cidade continua sendo organizada sobre dois pilares: vigiância e adesão; (...) ser urbano é aderir, é acreditar em uma cultura e ideologia coletiva plantada no território da pólis”.²⁶

Continuando, Soja manifesta sua concordância com a assertiva de Foucault de que “(...) ainda não foi escrita uma história dos espaços, que seria também a história do Poder” (Foucault, 1980).²⁷ Do fórum romano, passando pela praça medieval - onde a realeza fazia público seus éditos e punia criminosos de forma exemplar - até o shopping center, a lógica não se altera: todos os espaços estão sujeitos ao poder do príncipe (real ou metaforicamente) e esses poderes somente se materializam com e a partir do público, o que desmonta a diferenciação pós-moderna entre a constituição pseudo-pública na constituição dos espaços.

Em que pese à ligação espaço físico/relações de poder, sua função específica varia no tempo de modo a plasmar diferenças visíveis, por exemplo, nos espaços públicos pré-modernos e modernos, o que está diretamente ligado à diferenciação feita por Foucault entre poder negativo e disciplinar.

Para Foucault, o exercício do poder é, em última instância, o que motiva a ação humana e, por isso, seu exercício não está circunscrito ao Estado, mas permeia todas as instituições sociais: escola, família, igreja, por exemplo. Para ele, “em qualquer sociedade existem relações de poder manifestas que permeiam, constituem e caracterizam o corpo social e que não podem ser estabelecidas, consolidadas e realizadas sem a produção, acumulação e funcionamento de um discurso específico” (Foucault, 1980).²⁸

O que mudou com o advento da modernidade não foi a natureza humana e sua vocação para o exercício do poder, mas as características do discurso do poder.

Do ponto de vista do espaço construído (sobre a arquitetura), diz Foucault: “a arquitetura começa no final do século XVIII a envolver-se com os problemas demográficos (de população), saúde e com a questão urbana. Antes, a arte de construir se liga ao ato de explicitar o poder temporal ou divino. O palácio, a igreja, a fortaleza se constituíam na santíssima trindade das formas arquiteturais. A arquitetura é manifestação de poder, do rei ou de Deus. Seu desenvolvimento estava centrado sobre estas referências. Então, no final do século XVIII surgem novos problemas e, entre eles, a questão da conformação do espaço voltado para fins político-econômicos” (Foucault, 1980).²⁹

Se antes da era moderna os espaços públicos expressavam o poder do soberano, no mundo moderno eles se orientam rumo a práticas regulatórias, à obtenção da completa docilidade do ser, do corpo. Os espaços públicos passam de local de castigo real a espaço de vigilância.

No seu *Vigiar e punir*, Foucault exemplifica a transformação de poder negativo em poder disciplinar, transformando também o sistema penal: no mundo pré-moderno a execução pública - realizada em um espaço público, tinha uma função jurídico-política. Era uma cerimônia em que o Poder ferido momentaneamente se recompunha e se (re)afirmava. Restaurava sua soberania manifestando-se através do espetáculo (M. Foucault, 1980). A era moderna pelo contrário, trabalha o exercício da disciplina da vontade e do corpo: com isso, a

execução pública, a tortura perdem visibilidade e são substituídas por uma indústria carcerária onde o “paciente” é observado e se busca a sua transformação.

Este caráter controlador demanda a conformação de novos espaços, exige-se “organizar um espaço analítico” (Foucault, 1980). Nesse momento torna-se necessária a eliminação dos efeitos das distribuições imprecisas, o desaparecimento dos indivíduos sem controle, de sua circulação difusa e sua coagulação perigosa e imprestável.

Isso era uma tática anti-deserção, anti-vagabundagem e anti-concentração. Sua finalidade é estabelecer um novo tipo de controle, de modo a conhecer a presença dos indivíduos, sua localização, gerar um tipo determinado de comunicação, abolindo aquelas formas consideradas indesejáveis, ter a capacidade de vigiar em cada momento a conduta dos indivíduos, avaliar, julgar e estabelecer qualidades ou méritos (Foucault, 1977).³⁰

A expressão paradigmática deste espaço é o panótico, que teria a capacidade de, em um “coup d’oeil”, ver tudo e a todo momento. “Um ponto central que seria ao mesmo tempo a fonte de luz que tudo ilumina e um espaço de convergência de tudo que deve ser sabido” (Foucault, 1977).³¹

O que se condensa, então, é um novo papel social para o indivíduo. Um novo valor na medida em que a produção assume novos contornos e os produtos adquirem um valor diferenciado e o papel do indivíduo também vai se transformando. A nova importância da mão-de-obra no processo produtivo (até mesmo do exército de reserva) redefine também punições e formas de controle. O papel do trabalho forçado, das penas alternativas - como o degredo - é uma nova expressão jurídico-penal que emerge e transforma o próprio aparato de dominação.

Em uma abordagem superficial é difícil entender, identificar o panótico com o espaço público moderno; este, com suas amplas avenidas, parques se projetando sobre bulevares abertos com dimensões generosas parecem uma metáfora “anti-controle” e o espaço privile-

giado do encontro. No entanto, nosso olhar se transforma a partir do enquadramento histórico do fenômeno e a constatação de que o resultado das mudanças ocorridas na cidade durante o século dezenove e a primeira década do século vinte não levam o selo do diálogo e da miscigenação social, mas sim a separação entre as classes e consequentemente a ignorância do outro, da diferença. Esta é uma constatação de Engels quando se refere à Manchester do último quartel do século dezenove.

Então, pode-se afirmar que a questão do exercício do poder está no centro das grandes reformas urbanas acontecidas naquele período: Barcelona, Viena, Paris, no processo de “embellissement” das cidades americanas no portal do século vinte, ou na reconstrução de Roma, Berlim e Moscou no apogeu dos regimes totalitários entre os anos vinte e quarenta do século passado isso é explícito.

Em Paris, a obra hausmaniana alterou drasticamente a geografia social da cidade. A “ralé” não recebeu nenhuma das benesses prometidas à burguesia: além de ter seus bairros demolidos e foi obrigada “manu militari” a se deslocar para a periferia da cidade (Fishman, 1987).³² Existiu aí uma política deliberada para quebrar as resistências populares ao novo desenho de exercício de poder que se consolidava com o processo de industrialização em marcha.

Em Barcelona, tal como assinala Cerdá, “temos um imperativo nas cidades modernas que não podemos deixar de considerar, que é a defesa interna e a ordem pública, primeira garantia das nações civilizadas. Isto levou o imperador Napoleão (que não é o Bonaparte) a rasgar amplas avenidas, destruindo o confuso labirinto de ruas que era a antiga Paris”.³³ A mesma reflexão orientou o seu trabalho na reforma de Barcelona: “As ruas não são somente vias de circulação, são meios estratégicos que devem ser tão largas e retas quanto possível”. Como “é fundamental que o governo tenha todos os meios para conter em seu nascedouro toda tentativa de insurreição” (1996).³⁴ Isto o leva a adotar um desenho onde ruas e praças se conectam de forma aberta, à imagem e semelhança da América hispânica, onde “as

barricadas, tão freqüentes em nossas ruas labirínticas, são completamente desconhecidas” (1966).³⁵

No que diz respeito às transformações realizadas na Viena imperial de Francisco José, é clara a intenção do imperador em assegurar a expansão urbana construindo ligações com seu entorno suburbano, “considerando a ordem a regulação e o embelezamento de minha cidade, da capital de meu império um momento especial da minha vida” (Braunfels, 1983).

Já em Chicago, bom exemplo da pauta urbana americana, a reforma conduzida por Burhan e viabilizada pelo capital financeiro privado, foi vista por um banqueiro da época como “instrumento destinado a eliminar os lugares onde prevaleciam a pobreza moral, a infelicidade e onde cresce o socialismo (Hall, 1988).³⁶ Em última instância se leva a cabo o higienismo físico e a “limpeza” política. Se trata de assegurar o “progresso” nos marcos propostos pelas necessidades do desenvolvimento capitalista erradicando todas as possibilidades de florescimento de formas de resistência ao poder hegemônico.

O ideal reformista implicava a construção de uma cidade que oferecesse segurança, ideal mantido com vigor ao longo dos anos, particularmente na “idade de ouro” dos espaços públicos, nos anos cinquenta e sessenta.. Jane Jacobs defende com ardor a prevalência dos espaços públicos e diz que o controle e a vigilância desses espaços representam a garantia de seu desfrute assinalando: “A segurança nas ruas e o controle mútuo soam mal em teoria; na vida real não é um mal”.³⁷

No que diz respeito às intervenções patrocinadas pelos regimes totalitários europeus dos anos trinta e quarenta, registra-se um tratamento monumental que buscava refletir a “grandeza do estado”. Mussolini assinala que “(...) minhas idéias são claras e precisas. Em poucos anos Roma deverá ser bela aos olhos do mundo - grande, poderosa, ordenada - como o foi no tempo de Augusto. (...) Tudo aquilo que é produto da decadência de séculos deve desaparecer.” (Hall, 1988).

A questão da hegemonia

A sociedade se articula em torno das práticas de seus componentes e são hierarquizadas a partir do papel que nelas cada um desempenha. As práticas dominantes organizam as normas vigentes e as práticas subalternas, mesmo não apresentando um discurso organizado, permeia o tecido social e preservam princípios ou reminiscências de diferentes hipóteses - institucionais, culturais, científicas - para esta sociedade ou para outras que virão.

Até aqui buscamos apresentar visões contrapostas sobre o tema, colocando de um lado os urbanistas pós-modernos, que colocam em evidência uma (suposta) idade de ouro do espaço público, local onde o dissenso acontecia e a cidadania se construía; de outro lado Foucault, sustentando que o espaço - público ou privado - é sempre controlador e expressa relações de poder social.

Existe uma alternativa a essa disjuntiva?

Michel de Certeau³⁸ se refere a uma atemporalidade de disputas pela apropriação do espaço centrada em suas formas de uso, sua apropriação não podendo acontecer integralmente pelo poder dominante ou pelo discurso do momento. “A dominação exercida se apresenta como hegemônica no sentido de que reflete a correlação existente entre diferentes forças sociais de um mesmo bloco histórico” (Gramsci, 1971).³⁹

O seu discurso sustenta que em qualquer espaço se rebatem as formas de sua utilização e seus condicionantes que, serão sempre objeto de debate pelos discursos subalternos assim como seria a busca de sua superação.

De Certeau argumenta: “Se de um lado é incontestável que as cadeias de controle social são cada vez mais extensas e apareçam cada vez mais nitidamente, torna-se então prioritário descobrir como a sociedade, em seu conjunto, resiste e que mecanismo opõem àqueles controles, de modo a se ajustar a eles e ao mesmo tempo eludi-los; finalmente, quais as formas operacionais de que se utilizam os con-

sumidores (dominados?) no procedimento silencioso de configurar uma nova ordem econômica. Estas formas operativas se constituem a partir de um sem número de práticas sociais através das quais os usuários se (re) apropriam do espaço ordenado pela produção sócio-cultural”.⁴⁰

Aqui estão contidas as distinções entre grupos sociais de produtores e consumidores (ou usuários) semelhantes àquelas sugeridas pelo conceito marxista de luta de classes. Este raciocínio colide com o de Foucault, que nega esse tipo de distinção e afirma que o poder emana de todas as partes envolvidas nos processos sociais.

É importante ressaltar que a resistência ao poder estabelecido não se dá a partir do estabelecimento de uma estrutura de poder alternativo ou do desconhecimento de regras sociais predominantes. “Isto acontece a partir da apropriação seletiva e crítica das práticas de controle, transformando seu caráter repressivo” (De Certeau, 1984).⁴¹

E como isto acontece em termos espaciais? Trata-se de um poder dos cidadãos em qualquer situação social ou estrutural, de transformar usos e significados do espaço proposto por seus produtores. Essa (re)apropriação é um “continuum” histórico-geográfico que emerge, seja nas manifestações de rua, tão comuns nos anos sessenta, seja na apropriação dos espaços pseudo-públicos por parte de grupos de adolescentes, bem visíveis nos shopping centers brasileiros, em que pese as novas formas de controle e domínio dos espaços e como observam os urbanistas pós-modernos. Essas formas, por mais presentes que estejam não estabelecem a “ordem” e não sufocam as manifestações de resistência a esta situação.

De diferentes formas e com manifestações condicionadas pelos controles adotados, diferentes formas de resistência persistem mesmo reconhecendo suas limitadas dimensões, da mesma maneira que observamos também a diversidade nos usos que podem ser exercitados nestes espaços. A resistência existente não acontece a nível das políticas dominantes pelo fato mesmo de ser por elas condicionada. As diferentes formas de apropriação do espaço não devem ser entendidas

nos termos de competição entre propostas concorrentes, mas como resultado das interações sociais que acontecem no espaço vivido e que podem dar lugar a diversos significados e propósitos.

É de Gramsci a afirmação de que o bloco histórico dominante exerce uma hegemonia sobre a forma de vida e das ações das pessoas, o que se traduz em um consentimento espontâneo das massas à direção de vida que lhes é proposta e imposta. Estas práticas hegemônicas impõem mecanismos reguladores da vida cotidiana para toda a sociedade enquanto que as práticas subalternas trabalham acomodando-se, substituindo significados e em alguns casos apresentando uma resistência ativa em relação à ordem espacial imposta.

A hegemonia em termos espaciais significa então naturalizar a dominação por meio da imposição de certas percepções ou representações de como o espaço deve ser apropriado, usado, vivido.

Da mesma forma que Foucault argumenta que os mecanismos de poder se transformaram historicamente, pode-se sustentar que as características das práticas de regulação espacial dominantes também mudaram condicionadas pelos efeitos internos da distribuição espacial e pelos condicionantes sociais externos dados pela correlação de forças e as necessidades de diferentes programas e interesses. Então, a idéia de espaços públicos integrados corresponde a um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, da mesma forma que os enclaves pseudo-públicos e a “cidade partida” correspondem a um outro. Do ponto de vista do espaço, as mudanças das práticas de dominação implicam na transformação das formas de resistência, que muda a natureza daquilo que, acriticamente, é rotulado como sendo espaço público.

Para reconceituar o espaço

Rediscutir o conceito de espaço público exige uma análise histórica e concreta, de certa forma correspondendo a um tipo de arqueologia do espaço público como queria Foucault. Uma expressão sa-

tisfatória desta discussão, nos marcos da referencia poder/resistência ao poder, consiste em se utilizar da distinção entre os espaços percebidos, vividos e concebidos. Apoiado na argumentação de Henri Lefebvre (1991),⁴² que afirma acontecerem os processos de produção de espaço a partir da combinação de três aspectos e de suas inter-relações, entendendo-se que:

“O espaço percebido seria um “conjunto de práticas materiais que trabalham articuladamente na produção/reprodução das formas concretas de vida urbana”. É uma conceituação referenciada pelas “coisas” no espaço.

O espaço concebido visto como o pensar o espaço, articulado na esfera simbólica e se refere à representação do espaço.

Finalmente o espaço vivido que incorpora as dimensões anteriores articulando imaginação, concepção e vivencia; é o local de rebatimento das estruturas individuais e da experiência e ações coletivas.”

Antes da era moderna, o espaço percebido e a sua concepção trabalhavam conjuntamente para criar um espaço público, cuja função central era dar materialidade ao poder do soberano, da igreja e do estado. Mesmo na Grécia clássica, lugar de origem da democracia, a Acrópole era um enclave fortificado onde a elite dominante (os cidadãos atenienses) tomava decisões e impunha seu poder sobre o corpo social. O espaço público estava destinado a exercer e expressar o poder sobre as grandes populações que não questionavam esse direito, motivo pelo qual suas ações e seus comportamentos em tais espaços se apoiavam em um profundo respeito - físico ou simbólico - pelo soberano.

Na era moderna, a classe revolucionária - a burguesia - dá início a um questionamento ao poder do soberano, reivindicando o direito de participar no processo de tomada de decisões políticas que afetava o conjunto da sociedade. Uma manifestação clara desta tomada de posição foi o processo de ocupação dos espaços públicos para estimu-

lar o processo de trocas de mercadorias, de idéias, criando uma esfera de liberdade entre o Estado e os interesses privados, a esfera pública. Neste momento, quando um discurso sobre o espaço público aparece como necessidade social, quando o urbanismo busca expressar as novas demandas de segurança, de saúde entre outras preocupações sociais, isso acontece não para alterar a correlação de forças no interior do bloco de poder, mas para reforçar os laços de dominação.

Conclusões

Ficam explicitas aqui as dificuldades existentes na definição do espaço público. Aí se fazem presentes programas políticos e a postura ideológica de quem o faz. No entanto isto não pode nos impedir de enfrentar esta tarefa.

Neste sentido, os urbanistas pós-modernos, como forma de questionar a cidade e as formas individualistas da vida contemporânea, acabam por idealizar de forma conservadora um passado mítico. Abrindo mão de suas premissas teóricas de corte materialista, acalentam certo idealismo que acaba por converter o espaço público da modernidade em ideal normativo que deve sobrepassar diferenças de espaço e tempo e ser adotado acriticamente. Com isto o espaço público burguês se transforma não somente em espaço de construção da cidadania, mas também em instrumento de transformação estrutural da sociedade.

Por outro lado, essa corrente de pensamento descarta como excludentes formas urbanas essencialmente pós-modernas (pseudo-públicas como os shoppings centers e os condomínios fechados) sem ao menos ensaiar uma análise sistemática de forma a explicar seu surgimento ou propor alternativas formais para sua superação ou transformação. Com isso o urbanismo pós-moderno abandona a historicidade como critério de análise, convertendo-se em corrente que trabalha com categorias que não resistem ao crivo da prática.

Uma recuperação crítica de Foucault

Essa perspectiva de análise do espaço público - moderno ou não - deve incorporar o estudo do poder e as formas pelas quais se expressa e é exercido, como foco central de investigação. Para tanto Foucault e sua matriz analítica é especialmente relevante. Ele nos propõe uma análise concreta do espaço, ou seja, conexão do espaço construído e das condições sociais vigentes. Sua distinção entre controle e poder negativo é fundamental para que se compreendam as transformações espaço-temporais da modernidade.

No entanto é necessário ficar explícito que uma apropriação dogmática do seu pensamento nos levaria, à semelhança do pensamento pós-moderno, a uma análise de base trans-histórica estática e inalterável. O espaço onde se exercita o poder, independentemente da vontade dos homens, somente se relacionaria com alterações nas suas necessidades sociais.

A compreensão da dialética hegemonia-resistência

O pensamento de Gramsci e De Certeau nos leva ao entendimento da conformação do espaço a partir do conflito entre as forças hegemônicas na sociedade e os discursos alternativos de resistência . A hegemonia social naturaliza os usos espaciais propostos pelos estratos dominantes, gerando condutas ou modos inconscientes de apropriação do espaço construído ao mesmo tempo em que os focos de resistência ou embriões de um novo bloco histórico propõem novos sentidos e usos para esses espaços. O poder hegemônico se rebate no inconsciente espacial. As práticas de resistência, sem construir discursos prévios, nos propõem um conjunto de ações de outra natureza, sempre voltadas para minar a hegemonia dos grupos dominantes e, neste embate, construindo um discurso alternativo com outros valores, dando origem a outra visão de mundo.

A valorização da historicidade dos fenômenos sociais

Finalmente é importante ressaltar a importância da historicidade como elemento de compreensão destes processos. Muitos urbanistas dão mais ênfase à espacialidade em detrimento da temporalidade na análise social. É fundamental valorizar a dimensão espacial sem renegar a análise histórica. Tanto isto é verdade que somente com este suporte analítico poderemos entender a essência dos espaços pseudo-públicos da pós-modernidade e os processos que os originaram, não somente em sua dimensão estética ou urbana, mas em relação à função social por eles desenvolvida.

Notas

- 1 CALDEIRA, T. *City of walls: Crime, segregation and citizenship*. São Paulo. Berkeley: University of California Press, 2000.
- 2 DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future of Los Angeles*. New York: Ed Verso, 1990.
- 3 SENNET, R. *The Fall of the Public Man*. New York: WW Northon & Company, 1977.
 _____ *The Conscience of the Eye: The design and social life of the cities*. New York: WW Northon & Company, 1990.
- 4 DAVIS, M. Op. Cit.
- 5 SENNET, T. Op. Cit.
- 6 JACOBS, J. (1992). *The Death and Life of Great American City*. New York: Vintage Books [1961].
- 7 CALDEIRA, T. Op. Cit.
- 8 SENNET, R. Op. Cit.
- 9 BAUDRILLARD, J. *Simulations*. New York: Semiontext, 1982.
- 10 SORKIN, M. *Variations of a theme park: The new American city and the end of public space*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1992.
- 11 BOYER, C. *The city of collective memory*. Cambridge: MIT Press, 1994.
 _____ *Cybercities: visual perception in the Age of electronic Communication*. New York: Princeton Architectural Press.
- 12 GOTTDIENER, M. *The theming of América: Dreams, visions and commercial spaces*. Boulder: Westview, 1997.
- 13 SOJA, E. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real and imagined spaces*. Malden: Blackwell, 2000.
- 14 JUDD, D. *The rises of new walled cities*, Ligget, H. e D. Perry (Ed), Spatial Practices. Thousand Oaks: Sage: (144-166), 1995.
- MCKENZIE, E. *Privatopia: Homeowners associations and the rise of private government*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- 15 JUDD, D. "Enclosure, Community and Public Life". *Research in Community Sociology* 6 : 217 - 236, 1996.

CADERNOS PARANOÁ

- 16 BOGGS, C. *The End of Politics*. New York: The Guilford Press, 2000.
- 17 Ibid .
- 18 FAINSTAIN, S. *The city builders*. Cambridge: Blackwell, 1994).
- 19 FISHMAN, R. *Bourgeois Utopias: The rise and fall of suburbia*. New York: Basic Books, 1987.
- 20 FOUCAULT, M. *Surveiller et Punir: La Naissance de la Prison*. Paris. Gallimard, 1977.
- 21 HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid, Ed. Taurus, 1984
- 22 HABERMAS, J. Op. cit., pág. 54.
- 23 CALDEIRA, T. Op. cit. Pág. 42. São Paulo EDUSP-Ed 34, 2003.
- 24 FOURQUET, F. Marard, L. *Los equipamientos del Poder: Ciudades, Territorios y Equipamientos Colectivos*, Pág. 121, Barcelona, Gustavo Gilli Ed., 1976.
- 25 SOJA, E. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real and regions*, pag. 48. Malden-Blackwell, 1966.
- 26 FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, pág. 37. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1980.
- 27 Ibid, 42.
- 28 Ibid, 51.
- 29 Ibid, 74.
- 30 FOUCAULT, M. *Surveiller et Punir: La Naissance des Prisons*, Pag. 79. Paris, Gallimard, 1877.
- 31 Ibid . Pág., 89.
- 32 FISHMAN, R. *Utopies Bourgeoises*. Paris, PUF, 1987.
- 33 CERDÁ, I. *Las Cinco Bases de la Teoría General de la Urbanización (1859)*. Madrid, Ed. Electra, 1996.
- 34 Ibid, 48.
- 35 Ibid, 54.
- 36 HALL, P. *Cities of Tomorrow*. Malden: Blackwell, 1988.
- 37 JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities* Pág. 91. New York: Vintage Books, 1992.
- 38 DE CERTEAU, M. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- 39 GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*, pág. 48. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.
- 40 DE CERTEAU, M. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- 41 DE CERTEAU, M. Op. Cit. Pág. 22.
- 42 LEFEBVRE, H. *Le Droit à la Ville*. Paris, PUF, 1992.